



Presidente p.6

“Governo não tem ambição de futuro”



PSD p.12

“António Costa devia pedir desculpa ao país”

POVO LIVRE



nº 1953

25 de janeiro de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“Estamos a perder tempo: reversão atrás de reversão de reformas”

Pedro Passos Coelho esteve na sessão de encerramento do XXII Congresso Regional do PSD/Açores



Debate quinzenal

Governo assina concertação sem apoio parlamentar



No debate quinzenal de terça-feira, 17 de janeiro, no parlamento, o presidente do PSD acusou o Governo de ter assinado um acordo de concertação social sem garantia de apoio no parlamento. “Assumi um compromisso na concertação social sabendo que não teria o voto da maioria que o apoia no parlamento. Parece que pensa o mesmo que o seu ‘número dois’ [Augusto Santos Silva] sobre a concertação social – que é uma espécie de feira do gado e depois no parlamento o PSD que resolve o problema”, criticou. “Entendam-se lá e resolvam o problema”, continuou.

“A medida está errada porque, ao institucionalizar um desconto, está a avolumar um convite evidente ao Salário Mínimo Nacional”, justificou Pedro Passos Coelho garantindo que o governo não poderá contar com o apoio do PSD.

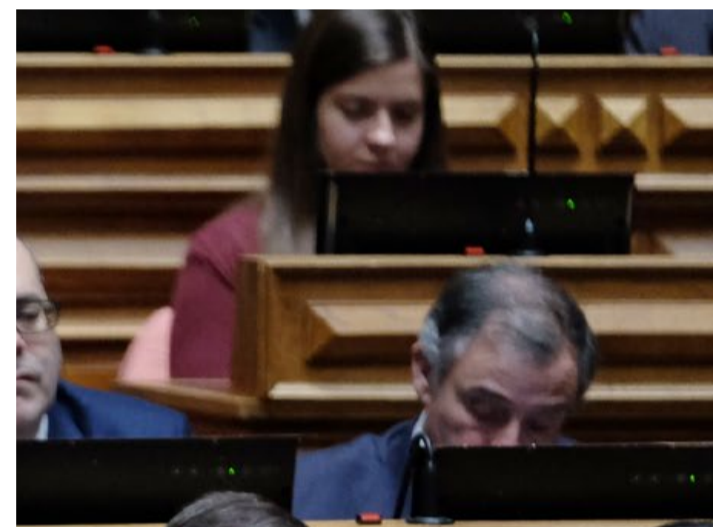


Défice abaixo de 3% deve-se ao governo liderado pelo PSD

O presidente do PSD acusou o atual Governo de contar uma história sobre o ano de 2016 que, simplesmente, não passa de “uma ficção”.

Pedro Passos Coelho lembrou que, contrariamente ao que é dito por este Executivo, Portugal teve com este Governo o maior corte de investimento público de que há memória: “É uma história que não casa com a realidade. Ao contrário do que diz, o Governo aplicou mesmo um Plano B: o maior corte de investimento público de que há memória em Portugal, em muitas dezenas de anos, e não só. Não queira atirar poeira para a cara das pessoas dizendo que não cumpriu um Plano B”, destacou. Pedro Passos Coelho foi mais longe e afirmou mesmo que “este governo não fez nenhum milagre. Até descobriu que para a atingir as suas metas teria de fazer cortes”.

Em relação ao valor do défice atingido no ano de 2016, o Presidente do PSD recordou que esse feito é mérito do anterior Governo que, de 2011 a 2015, o passou de “11% para 13%”. “Se os senhores podem ter um défice abaixo de 3% em 2016, é porque houve um Governo que o passou de 11% para 3%. E esse foi o Governo liderado pelo PSD”, ressaltou.



TSU

Aliados da esquerda tiraram o tapete ao Governo



Na questão da Taxa Social Única (TSU), quem apostou na política de encenação, de provocação e de inversão das regras da democracia, pedindo o apoio desesperado do PSD, quando os “aliados” da atual maioria de esquerda se começaram a demarcar do acordo de concertação social, foi o Governo.

Após uma reunião com a delegação da UGT, na sede nacional do PSD, o vice-presidente Marco António Costa atribuiu ao Executivo a responsabilidade de estar a alimentar a conflitualidade política: “É uma inversão absoluta das regras da democracia. Consideramos que é uma provocação o que o Governo está a fazer e está a tentar alimentar artificialmente esta situação para gerar um ambiente de conflitualidade política na sociedade

portuguesa”.

O problema foi criado, porque o Executivo não reuniu os apoios dos seus tradicionais parceiros de coligação, persistindo mesmo assim em assinar um acordo cujas condições sabia que não estavam garantidas.

“O Governo não reuniu as condições indispensáveis de ter o apoio dos seus aliados políticos para poder caucionar o que prometeu em sede de concertação social”, sublinhou o vice-presidente, reiterando que o PSD mantém o sentido de voto contra a redução da TSU, por razões políticas e de substância.

“Os aliados do Governo tiraram o tapete ao Governo e agora exigem à oposição que faça de aliado do Governo.

Isto é uma perversão absoluta”, insistiu o vice-presidente do PSD.

Marco António Costa lembrou que o Governo PS, liderado por António Costa, se formou depois de ter “derrubado” um executivo PSD/CDS no parlamento com a promessa de uma maioria “estável, duradoura e consistente”.

“Foi com isso que se comprometeu o doutor António Costa, é isto que tem de cumprir”, disse.

O vice-presidente referiu ainda que o PSD aceitou no passado a redução da TSU como medida “transitória e excecional”: “De uma forma geral, os portugueses compreendem a nossa argumentação: não somos nem o partido dos patrões, nem o partido dos trabalhadores, somos o partido dos portugueses. Não nos revemos é neste modelo de concertação social baseada numa chantagem”, apontou.

Marco António Costa classificou a reunião desta manhã de “muito produtiva” e revelou ter registado a “compreensão” por parte da UGT quanto às posições do PSD.





Pedro Passos Coelho no XVI congresso do PSD/Madeira

“Governo não tem ambição de futuro”

Durante a sessão abertura do Congresso do PSD/Madeira, dia 21, o líder social-democrata defendeu que Portugal precisa de um futuro com ambição, que se construa com reformas duradouras, e para isso não pode desperdiçar oportunidades.

Pedro Passos Coelho dava o exemplo da governação que Miguel Albuquerque tem desenvolvido na Madeira. Uma governação com um crescimento que se pauta trilhando um caminho de credibilização da confiança, com contas saudáveis. Um crescimento que assenta não só na ideia de futuro como na estabilidade financeira.

“É possível recuperar da crise lançando ações que vão preparando o futuro”, afirmou. Para isso, é necessário criar expectativas positivas, porque o futuro de cada um depende do bom trabalho que se vai fazendo.

Sobre a construção de um hospital no Funchal, o presidente do PSD afirmou que esta é uma reivindicação justa dos madeirenses, até porque este havia sido um compromisso nacional. É por isso inexplicável que “um Governo que anda sempre com o Estado Social na boca” não tenha ainda resolvido este que é um projeto indispensável.

Ainda sobre o financiamento da região autónoma, o líder do PSD destacou a importância de se encontrar convergência para resolver o assunto.

O líder do PSD afirmou que nunca viu um “governo tão revanchista” na história económica do país quando o do PS, acusando-o de “reverter” todas as reformas do passado. “Aquilo que constitui o cerne do programa do governo é, no essencial, reverter reformas que vieram do passado, quando devíamos estar a acrescentar reformas



para o futuro que apurassem as expectativas dos investidores, que trouxessem mais confiança”.

O líder social-democrata venceu que o governo de António Costa “não traz ambição para o futuro”, nem apresenta uma “ideia mobilizadora” para atrair investimento, e, por isso, afastou a possibilidade de vir a apoiar as suas políticas.

“O PSD não faz parte da geringonça que governa o país e, portanto, sempre que essa geringonça não se entender, que façam um esforço maior de entendimento e possam olhar para PSD sem ver o parceiro que lhes falta cada vez que as coisas funcionam mal”, disse.

Portugal não se pode fechar em si mesmo

Volvido mais um ano desde o acordo que colocou o PS no poder, com o apoio do BE, PCP e os Verdes, é possível fazer uma avaliação do que tem sido feito. E esta está aquém do desejado.

Apesar de Portugal este ano ter crescido um pouco mais do que a expectativa do Governo, ainda está aquém do desejável e do potencial, e muito abaixo dos pares europeus.

“Se olharmos para outros países que estavam nas mesmas circunstâncias que nós, como a Irlanda e como a Espanha, que executaram reformas importantes como nós fizemos durante o meu governo, podemos ver que estes países crescem mais do que nós. Portanto algo não está a ser bem feito por cá”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Quando comparamos o que se está a passar em Portugal com esses países, a economia não cresce. Estamos a pagar muito mais do que os outros e estamos a agravar as dívidas do passado. Porquê? Porque o Governo que hoje governa o País não tem ambição de futuro. Está esgotado. E por isso não contam com o nosso apoio.

O PSD é um partido responsável

O PSD sabe sonhar com os pés assentes na terra. O PSD sabe ser fiel à sua génese, e ser o partido que sempre foi e que sempre será. “Não nos deixamos seduzir pelas ideias populistas e nacionalistas. Nós defendemos uma sociedade aberta, uma economia que atraia investimento e que leve as nossas empresas para o mercado global. Podemos todos em conjunto crescer muito mais”, afirmou o líder do PSD.

Portugal pode ter um mercado pequeno, mas mais pequenas são algumas ideias que quem governa. Sempre que Portugal se fecha em si mesmo, perde oportunidades.

“O futuro que queremos construir passa por reafirmar os nossos valores. Olhar para o mundo com ambição e fazer parte dele de forma integrada. As nossas ideias podem trazer mais progresso aos portugueses. O PSD pode orgulhar-se do seu património histórico”, disse Pedro Passos Coelho, concluindo que “em Portugal quem tem acrescentado futuro aos portugueses é o PSD”.

Pedro Passos Coelho sublinhou que o PS não ganhou as eleições, pelo que a sua legitimidade é apenas parlamentar e não eleitoral, razão pela qual a governação deve resultar do entendimento entre os partidos que o apoiam, o BE e a CDU.

“Nós não andaremos a votar contra por votar, mas não esperem que a gente tenha de votar a favor apenas porque o governo se desentende com os partidos

mais radicais”, advertiu, acrescentando que “basta de habilidades balofas”.

O presidente do PSD salientou, por outro lado, que o país tem pela frente “anos difíceis” apenas porque o executivo socialista está a “desperdiçar oportunidades” e lembrou que outros países, como a Irlanda e a Espanha, enfrentaram crises semelhantes à de Portugal, mas agora estão a crescer muito mais.

Pedro Passos Coelho aproveitou a sua presença na Região Autónoma para recordar a forma “inexplicável” como o governo de António Costa deixou de parte o financiamento para a construção de um novo hospital na Madeira, que foi “um compromisso nacional” assumido em 2015.

O líder social-democrata defendeu ainda que o modelo de financiamento das regiões autónomas por parte da República deve assentar num compromisso “ainda mais forte” para o futuro.



Políticas protecionistas são um perigo para o mundo

O líder do PSD alertou para o perigo que representa o ensaio de políticas protecionistas no mundo, na Europa e também em Portugal e defendeu uma aposta na social-democracia. “Estou convencido de que as nossas ideias [do PSD] podem trazer mais progresso, mais segurança, mais bem-estar aos portugueses do que aquelas que tenho visto em prática noutros países do mundo e que, de certa maneira, se começam a ensaiar também na Europa e há também quem queira ensaiar em Portugal”, alertou.

“Mais grave, às vezes, do que a pequenez do mercado interno é a pequenez das ideias que se instalam em certas cabeças”, afirmou o presidente do PSD, lembrando que, ao longo dos séculos XIX e XX, as sociedades perderam bem-estar e liberdade sempre que os nacionalismos se exacerbaram e foram caucionadas políticas públicas mais protecionistas.

Pedro Passos Coelho venceu que o PSD não quer construir o futuro com essas ideias.

“Não é a mudar as ideias que temos que devemos conversar com os eleitores e com os portugueses”, disse, sublinhando a necessidade de reafirmar os valores e princípios social-democratas, de gente que “quer ser cosmopolita”, bem como “olhar para o mundo com ambição” e fazer parte dele de “forma integrante” e não isolada.

“Essa é a nossa visão do que Portugal pode representar no mundo, seja a olhar para a Europa, seja a olhar para o Atlântico e para o resto do mundo”, reforçou.



Miguel Albuquerque apela à unidade do PSD

O presidente do PSD/Madeira, Miguel Albuquerque, apelou na sessão de abertura do XVI congresso regional dos social-democratas madeirenses, à unidade dos militantes e simpatizantes para enfrentar os desafios políticos e eleitorais.

“O que nos pode levar a qualquer desaire é a conflitualidade dentro do nosso partido, eu já disse que esta direção está aberta à participação de todos”, disse.

No congresso, Miguel Albuquerque realçou ainda que a atual direção “não tem complexos, nem preconceitos relativamente aos militantes, nem com o passado, o presente e o futuro”. “Nós somos um partido social-democrata e sabemos que este percurso de boa governação só é possível se os nossos militantes e simpatizantes se mobilizarem em unidade”, alertou.

Miguel Albuquerque lembrou que o Governo Regional tem um mandato de quatro anos e meio e que o mesmo não se submete à agenda da oposição e acusou a oposição de “falta de vergonha política”.

“Na Madeira, a oposição exige tudo e mais alguma coisa mas, agora que são poder no continente, nada fazem para resolver as questões fundamentais que temos em Lisboa e que são essenciais para resolver a vida dos madeirenses e porto-santenses”.

Para Miguel Albuquerque, a oposição na Madeira sofre de “bipolaridade política”.

“Na Madeira dizem-se a favor de uma coisa, na República fazem exatamente o contrário”, criticou, dando como exemplo a construção do novo hospital do Funchal que o Governo da República, apesar de não inscrever qualquer verba no Orçamento de Estado para 2017, manifestou querer apoiar em 50%.

O XVI Congresso do PSD/Madeira reconduziu Miguel Albuquerque na liderança do PSD Regional, já que venceu as eleições internas que se realizaram a 09 de dezembro



de 2016, nas quais foi reeleito com 98,2% dos votos (2.850) dos 2.901 militantes que exerceram o direito de escolha. Miguel Albuquerque foi o subscritor da única moção de estratégia global intitulada “Proximidade,

Confiança, Desenvolvimento” que traça os objetivos a prosseguir até final do mandato em 2019. Este congresso contou com a participação dos 450 delegados eleitos.

Pedro Passos Coelho no XXII Congresso Regional do PSD/Açores

“Não contem com o PSD para a agenda das reversões”



Durante o encerramento do Congresso do PSD Açores Pedro Passos Coelho afirmou que o PSD não se demite dos seus princípios perante os eleitores, pelo que o PSD não compactua com a política revanchista deste Governo e nunca atuará, por isso, como muleta do Governo e do PS.

Portugal tem uma solução política de Governo que foi construída no laboratório parlamentar e teve como principal programa de ação reverter as reformas estruturais que o Governo liderado pelo PSD levou a cabo. Agora que o revanchismo está praticamente concluído, começam a ser mais claras as divergências dentro das esquerdas que suportam o Executivo.

“Os resultados desta maioria não deixam dúvidas, sobretudo quando observamos outros países na zona euro que também enfrentaram problemas como o desemprego e tiveram programas de reajustamento”, referiu o presidente do PSD. Dando como exemplo o caso da Espanha e da Irlanda, o líder do PSD afirmou que estes países crescem a um ritmo muito superior ao observado em Portugal.

O crescimento previsto para 2016 continua a ser um resultado medíocre quando comparado com o que o PSD deixou ou quando comparado com os países supracitados. Devemos focar a atenção no motivo que leva a esta diferença. “Esses países ultrapassaram as suas crises, fizeram as suas reformas e caminharam em frente. Reforçaram a confiança dos consumidores. Pagam muito menos que nós pelo financiamento do Estado. Como é

que se pode olhar para o futuro e convergir com eles se crescemos uma terça parte e pagamos o dobro ou mais do que eles para nos financiarmos? O que está errado não é a Europa, mas sim as políticas que o Governo tem seguido. Podíamos estar a crescer mais, mas não estamos”, esclareceu Pedro Passos Coelho.

Os resultados que Portugal apresenta são de uma política que não é sustentável. “Não se pode viver todos os anos de políticas extraordinárias. Não se chega lá com os cortes que estão a ser feitos nas políticas públicas e que põem em causa o futuro. Se fosse fácil fazer cortes, sem reformar o Estado e as políticas públicas, isso já teria sido feito há muito tempo. Estão a empurrar com a barriga e a fazer de conta”, acusou o Presidente do PSD.

Governo põe em causa a competitividade da economia

“O Governo decidiu qual era o valor do aumento do salário mínimo nacional (SMN) sem ouvir os parceiros sociais, fazendo chantagem sobre eles. Foi o valor concertado pelo BE. Este aumento representou 15%. A economia cresceu 15%? A produtividade cresceu 15%? Quando é que acaba o populismo barato de aumentar o SMN requerendo aos outros partidos que compensem os danos que eles provocam, pondo em causa a competitividade da economia”, frisou Pedro Passos Coelho.

O atual Executivo não conta com o PSD para perpetuar esta chantagem. Se o Governo quiser que a economia



cresça mais, tem de discutir efetivamente o valor com os parceiros sociais, mas um valor que faça sentido e que possa ser respeitado, defendendo a competitividade da economia.

Pedro Passos Coelho concluiu este assunto, afirmando que “sabemos que mais do que duplicaram os que recebem o SMN e que o governo quer institucionalizar um incentivo claro para que se contrate com o SMN. Não atirem areia para os olhos. Queremos olhar para o futuro impulsionando o crescimento da economia, gerando emprego e rendimento para corrigir as desigualdades sociais. Regressem à reforma do IRC, que tinham concordado connosco e que foi tão importante para atrair investimento de longo prazo. Se querem juros mais baixos parem de andar a criar grupos de trabalho para discutir a reestruturação da dívida.”

A atual solução de governo está esgotada, no que toca à capacidade reformista e de acrescentar ambição de futuro. Está esgotada a agenda revanchista, e seria necessário acrescentar algo positivo, mas não se conhece. “Do lado da extrema-esquerda, o que se conhece é o quanto pior melhor. O nosso papel é de oposição. Contem com ele porque queremos que Portugal tenha um futuro melhor”, disse.

CGD começa 2017 sem uma administração efetiva

“O ministro das Finanças disse recentemente que o que se havia passado na CGD era uma falta de vergonha. O que é falta de vergonha é o que aconteceu ao



banco público com 5 mil milhões de imparidades com a gerência do governo anterior ao nosso. Falta capital na CGD mas não foi no nosso tempo que esse problema se gerou. Mário Centeno não consegue, ao cabo de um ano, sequer resolver o problema da administração. Estamos a 22 de janeiro e continuamos sem administração na CGD. Nunca se viu nada assim no nosso país”, denunciou Pedro Passos Coelho.

Para que o sistema financeiro prove a sua resiliência e apoie o empreendedorismo e mérito dos que acrescentam valor, o que se exige é que se aproveite bem a conjuntura externa para desendividar o país e que se prossiga uma agenda reformista que traga competitividade e confiança aos investidores.

O líder da oposição afirmou ainda que no caso do plano de recapitalização da CGD, continuamos sem saber qual o plano de recapitalização. “Foi preciso o presidente nomeado pelo Governo ir ao Parlamento dizer qual era o plano. O Governo ainda não foi ao parlamento dar informações, mas já as enviou para a comunicação social.

É preciso que tenham mais respeito pelo parlamento e pelos deputados. O Governo não pode usar a informação que deve ao país na comunicação social e não no parlamento”, acusou.

O PSD não se demite das suas ideias e princípios. As eleições não se realizam para saber quem tem razão, não é sobre ela que se discute. Discute-se quem governa, que é quem tem mais votos. “O PSD ganhou as últimas eleições e tínhamos expectativa de governar. Mas houve uma solução democrática que decidiu diferente. Nós discordamos dela e chamamos a atenção para os erros que estão a ser cometidos. Não contem connosco para a agenda das reversões nem para fazer de peça sobresselente da geringonça. Assumam as suas responsabilidades. Respondam no parlamento, coisa que nunca fazem. Nunca vemos uma resposta direta do governo”, exclamou Pedro Passos Coelho.

Açores devem ter governação que não gaste mais do que tem

O líder do PSD/Açores considerou fundamental que os Açores tenham uma governação que pague o que deve e não gaste mais do que tem, criticando o Governo Regional socialista por se comportar como dono da região. “É fundamental que os Açores tenham uma governação que pague o que deve, não gaste mais do que tem e que, por isso, estabeleça prioridades”, afirmou Duarte Freitas, na abertura do XXII Congresso, dia 20 de janeiro.

Para Duarte Freitas, “numa região em que o Governo se comporta, muitas vezes, como se fosse dono dos Açores”, cabe ao PSD “assumir a responsabilidade como grande força de fiscalização e escrutínio político”, mas também “apresentar soluções para os problemas” da população.

O líder açoriano social-democrata, reeleito para um terceiro mandato em dezembro, agradeceu a confiança, declarou-se “disponível, com toda a humildade, para o diálogo e para corrigir e melhorar o que há a melhorar”, e adiantou que o objetivo do PSD/Açores “é fazer uma oposição cada vez mais eficaz e afirmativa, construindo uma verdadeira alternativa política”.

Reconhecendo que “esta é uma missão árdua que exige de todos” os militantes “muito trabalho, muito engenho e muita paciência”, Duarte Freitas destacou que o PSD/Açores “continua a merecer a confiança de uma parte muito significativa do eleitorado”, mas admitiu que o partido tem “de refletir sobre o que pode fazer de mais, melhor e diferente para ajudar os açorianos”.

Duarte Freitas reafirmou que nesta missão, que “vai exigir muito trabalho de todos”, o PSD não pode esperar da parte dos adversários mais do que “as críticas habituais” em relação às suas propostas, assinalando que “todas as propostas e ideias são normalmente desmeçadas” por aqueles.

Quanto às últimas eleições regionais, Duarte Freitas considerou ter ficado demonstrado haver “muitos milhares de açorianos que acreditam no PSD/Açores”, reconhecimento ao qual o partido tem “obrigação de dar resposta”, assim como “aos milhares de açorianos que, cansados de 20 anos de poder socialista, se refugiam e refugiam na abstenção”.

“O PS já perdeu muitos milhares de votantes, mas ainda não perdeu as eleições. A maioria absoluta dos eleitores continua à espera de um projeto alternativo e cabe-nos a responsabilidade de trabalhar mais e melhor,



aprendendo com os erros, para ganharmos a confiança dos açorianos no futuro”, adiantou, apontando para 2020, ano das próximas eleições regionais, para conseguir o que o PSD não conseguiu em 20 anos de oposição, “vencer as eleições” para servir as açorianas e os açorianos.

O líder do PSD/Açores criticou a governação regional socialista que promove “estratégias para se sustentar meramente no poder”, com “uma clientela” que “custa milhões” aos açorianos, alegando que é preciso uma oposição que denuncie esse “despesismo”.

“Apesar da visão cor-de-rosa do governo, a economia açoriana está estagnada há vários anos (...). A governação socialista, em vez de promover políticas públicas para o crescimento sustentável da nossa economia, promove estratégias para se sustentar meramente no poder”, afirmou Duarte Freitas.

Salientando que “os Açores precisam de uma oposição ativa que denuncie o despesismo da governação socialista”, Duarte Freitas apontou para “o batalhão de administradores, secretárias e assessores que enchem os gabinetes do governo e das empresas públicas”.

“Esta clientela do Partido Socialista não tem utilidade e custa milhões aos açorianos que pagam impostos”, sustentou o líder do PSD/Açores, para quem o seu partido tem “a missão” de fazer “uma oposição ativa” que “destape o manto da publicidade enganosa que cobre o discurso do governo regional”.

Para o líder açoriano do PSD, nos Açores existem “dois universos paralelos: num está o governo regional, especialista na criação de siglas e nomes pomposos para programas que pouco têm feito pela economia” regional e “no outro estão 20 mil pessoas que querem trabalhar e não encontram emprego e 18 mil açorianos a socorrerem-se do Rendimento Social de Inserção”, frisando que o PS “ganhou as eleições, mas a realidade não mudou”.

Para o líder do PSD/Açores, “o governo diz que está tudo bem, mas há organismos públicos que não pagam as contas da água ou da luz”.

“O Tribunal de Contas lembra-nos que o governo regional tem que pagar mais de mil milhões de euros de dívida aos bancos nos próximos três anos”, declarou Duarte Freitas, garantindo que o seu partido vai cumprir “todos os dias” “uma oposição ativa”.



Os sociais-democratas açorianos reuniram-se em congresso nos dias 20, 21 e 22 de janeiro, no concelho da Ribeira Grande. Na reunião magna, que decorreu no parque de exposições da Associação Agrícola, em Rabo de Peixe, participaram cerca de 200 congressistas que elegeram os novos órgãos regionais do PSD, e debateram oito moções setoriais e a moção global de estratégia, esta da autoria do presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas. Na moção, designada “Reforçar a ação política, servir os Açores”, Duarte Freitas propôs a criação de um grupo de porta-vozes do partido, a funcionar à margem da Comissão Política Regional, que “fará um escrutínio, fiscalização e acompanhamento da ação governativa”, e o lançamento de assembleias de ilhas temáticas para discussão de vários assuntos. O documento dedica, igualmente, um capítulo às eleições autárquicas de 2017, assumindo que o desafio é “crescer em número

de juntas de freguesia e câmaras municipais, para liderar a associação regional de municípios e a delegação dos Açores de juntas de freguesia”.

O congresso abriu portas às 19h00 de sexta-feira (mais uma hora em Lisboa), com o discurso do líder do PSD/Açores e contou com a presença do secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, tendo-se seguido uma reflexão sobre política e sociedade e, depois, os congressistas foram chamados a autorizar o Conselho Regional a proceder à atualização dos estatutos. No sábado, 21 de janeiro, decorreu a apresentação e o debate das oito propostas temáticas e, no domingo, último dia do congresso, pelas 09h00, tem lugar a eleição dos órgãos regionais e, duas horas mais tarde, decorreu a sessão de encerramento do congresso, com discursos de Duarte Freitas e de Pedro Passos Coelho.

“António Costa devia pedir desculpa ao país”



No final de um jantar em que tomaram posse os órgãos concelhios do PSD de Tondela, dia 20, o líder parlamentar do PSD defendeu que António Costa devia “encher-se de vergonha e pedir desculpa ao país”, por aquilo que está a fazer à economia, aos serviços públicos e governar sem ter vencido eleições.

“O doutor António Costa devia encher-se de vergonha e vir pedir desculpa ao país por aquilo que está a fazer à economia, aos serviços públicos e porque está a governar contra a vontade manifestada pelos eleitores nas urnas. Está a governar debaixo de uma fraude política de um pretenso apoio, que, afinal, percebemos agora, não tem”, sustentou Luís Montenegro.

Luís Montenegro sublinhou que já é uma vergonha António Costa querer governar o país contra a vontade do povo.

“Mas, eu tinha mesmo vergonha, se fosse primeiro-ministro, de assinar um contrato em nome do Estado e de serem os meus parceiros a tirarem-me o tapete e a dizerem que a minha assinatura não tinha valor nenhum”, venceu.

Ao longo da sua intervenção de quase 40 minutos, o líder parlamentar alertou que o PSD vai mesmo chumbar a baixa da Taxa Social Única (TSU), não cedendo a pressões, quer elas cheguem de outras forças políticas ou mesmo de sociais-democratas.

“Para quem tem dúvidas, não tenha: a TSU vai mesmo chumbar e o PSD não vai mudar de posição e não vale a pena andar com pressões, venham elas de onde vierem. Chega de cinismo e hipocrisia, seja dos partidos políticos, alguns setores da sociedade ou mesmo de pessoas do PSD, porque somos pela verdade”, destacou.

Aos militantes e simpatizantes, Luís Montenegro garantiu que o PSD está a colocar “Portugal em primeiro lugar” e a tratar da verdade política.

“A falta de ética está no doutor António Costa, no PS, no Bloco de Esquerda e no PCP, que andam a brincar à política e andam a querer o céu e a terra ao mesmo tempo”, concluiu.

BE e PCP condicionam o ministro da Saúde

Depois de o ministro da Saúde ter vindo dizer que “as coisas” na saúde estão a correr muito bem, dentro da normalidade, o PSD questionou Adalberto Campos Fernandes sobre os seus critérios de avaliação.

O vice-presidente da bancada parlamentar do PSD Miguel Santos sublinhou alguns factos que contrariam o otimismo irrealista do ministro: tempos de espera de 18 horas, ambulâncias do INEM que não saem, derrapagem do tempo de atendimento das chamadas de emergência e turnos noturnos que não são realizados por falta de pessoal são alguns dos exemplos do caos nas urgências.

“A sua preocupação é que não haja visibilidade dos problemas que acontecem no setor. Que as câmaras de televisão não filmem doentes que estejam encostados em macas nos corredores”, acusa Miguel Santos.

“O senhor leva um ano do seu ministério e todos resultados são terríveis”, remata o deputado social-democrata.

Na senda do desentendimento recente do governo com as bancadas que o suportam sobre o tema da redução da TSU, Miguel Santos alerta para mais um tema que é conveniente acautelar. É que, se o ministro das Saúde é a favor das PPP na saúde – o que é reforçado pelo concurso público para a continuação da gestão privada do Hospital de Cascais – o BE e o PCP, que estiveram um ano calados sobre os problemas da saúde, são manifestamente contra.

Miguel Santos reforça a dúvida: “uma vez que o governo não teve o cuidado de acautelar a questão das PPP nos famosos acordos de governação, como é que agora resolverá mais este problema de saúde no seio da geringonça?”

“Em Portugal, nos últimos 30 anos, a participação do setor privado no sistema de saúde, contribui para a melhoria da eficiência no financiamento, e na prestação de cuidados de saúde, pela competição e cooperação geradas, pela projeção mais racional dos recursos”. Tese de doutoramento de Adalberto Campos Fernandes, concluída dias antes de assumir a pasta de ministro da Saúde.



35 horas na saúde. Os verdadeiros impactos



Redução para as 35 horas afeta a qualidade do SNS

Desde o início que o PSD alertou para a necessidade imperiosa de que a redução de horário de trabalho para as 35 horas na área da saúde acautelasse a qualidade de serviço e de resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

As razões da preocupação dos deputados social-democratas eram evidentes: ao reduzir cinco horas semanais no horário do trabalho, os mesmos funcionários não podem exercer o mesmo trabalho que exerciam antes, num horário semanal de 40 horas. Para fazer face a essa redução sem reduzir a qualidade assistencial do SNS, a solução só podia passar por a) contratar mais profissionais de saúde e/ou b) pagar horas suplementares aos profissionais existentes.

Passado mais de meio ano com a lei das 35 horas em vigor, constata-se que os receios do PSD se materializaram e o serviço público de saúde está seriamente afetado e debilitado por aquela medida irresponsável do Governo e da maioria de esquerda que o apoia.

Por um lado, acumulam-se os casos de escandalosa insuficiência de recursos humanos nos hospitais públicos, com destaque para a falta de enfermeiros, de assistentes técnicos e de assistentes operacionais. As consequências para a qualidade dos serviços prestados e para a saúde dos portugueses são demasiado gravosas para serem ignoradas pelo Governo. Os sucessivos episódios de caos nas urgências e os relatos quase diários de falta de profissionais da saúde nos hospitais públicos exigiriam, por si só, uma reavaliação urgente desta medida.

Por outro lado, e para contornar os constrangimentos orçamentais, o ministério da Saúde tem optado por recorrer às horas suplementares para fazer face às necessidades decorrentes da redução do horário de trabalho para as 35 horas. Uma opção que manifestamente não resolve as necessidades existentes na rede

pública hospitalar e que tem conduzido a um acumular de milhares de horas extra por pagar e compensar.

Uma medida sem aumento de custos com o pessoal: mais uma promessa por cumprir

Em janeiro de 2016, quando os quatro partidos de esquerda (PS, BE, PCP e Os Verdes) deram entrada dos projetos para repor o horário das 35 horas na Administração Pública, o ministério das Finanças foi taxativo ao garantir que o compromisso inscrito no Programa de Governo de reduzir o horário de trabalho “sem implicar aumento dos custos globais com pessoal” era mesmo para cumprir.

Depois de um enredo de contradições e de “trapalhadas” protagonizado pelos partidos de esquerda e pelo Governo quanto à data de entrada em vigor da lei e ao seu alcance (alegadamente no início do ano e alegadamente para todos os funcionários públicos), a lei foi aprovada em junho, com os votos contra do PSD e do CDS, e entrou em vigor a 1 de julho do ano passado.

No texto que acompanhou a promulgação do diploma pelo Presidente da República, lia-se um sério aviso ao Governo: “Porque se dá o benefício da dúvida quanto ao efeito de aumento de despesa do novo regime legal, não é pedida a fiscalização preventiva da respetiva constitucionalidade, ficando, no entanto, claro que será solicitada fiscalização sucessiva, se for evidente, na aplicação do diploma, que aquele acréscimo é uma realidade”, escreveu o Presidente da República.

O primeiro-ministro assegurou então que o Governo “estará 100% empenhado em assegurar que este objetivo” de não haver aumento global da despesa “é cumprido”. “É o que consta do programa do Governo, é o que está previsto na lei ora promulgada e que terá de ser aplicada com todo o rigor para evitar quaisquer dúvidas sobre a constitucionalidade da lei aprovada na Assembleia da República”, prometeu António Costa.

Da parte do PSD, ficaram não só expressos o desacordo quanto a mais esta reversão de uma medida estrutural para a Administração Pública, como também as dúvidas quanto ao compromisso do Governo de não aumentar os custos com o pessoal. “De alguma forma, a pronúncia do senhor Presidente também expressa esta forma de trapalhada, porque o que diz é que não tem a certeza sobre as consequências e o modo de operacionalizar essa decisão”, sublinhou na ocasião o líder parlamentar social-democrata, Luís Montenegro.

O Governo vai cumprir a sua promessa de não aumentar os custos com a reposição das 35 horas? Não, não vai e já o reconheceu mais do que uma vez.

Em 14 de novembro de 2016, o ministro da Saúde reconheceu que “o custo da reposição das 35 horas atingiu os previstos 19 milhões de euros”, o que corresponderá a seis meses de 2016. Estranhamente, no relatório do Orçamento de Estado para 2017, está previsto o mesmo acréscimo de 19 milhões de euros para custear a reposição das 35 horas para todo o ano de 2017. Estes números apresentados pelo Governo são, contudo, muito difíceis de rastrear.

No debate no Parlamento desta quinta-feira, o ministro da Saúde referiu que o OE/2017 prevê, na área da saúde, 171 milhões de euros de aumento da despesa com pessoal, 111 milhões com a reposição salarial e os tais 19 milhões para a aplicação das 35 horas. Mas as dúvidas persistem:

Parte do aumento da despesa com pessoal não será imputável às necessidades criadas pela redução do horário de 40 para 35 horas?

Como é que nos doze meses de 2017 a reposição das 35 horas vai custar o mesmo que custou em seis meses de 2016?

Impõe-se rigor, verdade e transparência nesta matéria.

Uma reposição que aumentou a divergência entre os trabalhadores do público e do privado

Um dos pressupostos do aumento, em 2013, do horário de trabalho na Função Pública das 35 para as 40 horas foi o de atenuar as diferenças entre os setores público e privado. A reintrodução das 35 horas tem como efeito imediato aumentar as diferenças e desigualdades entre os trabalhadores.

O presidente do PSD alertou para isso mesmo a 6 de Junho do ano passado: “A decisão que foi tomada de introduzir 35 horas na função pública é errada, porque põe termo a uma convergência que foi iniciada entre o setor público e o privado, vai ter consequências negativas, mesmo do ponto de vista das contas públicas, mas sobretudo volta a introduzir uma diferença que não se justifica hoje entre o funcionamento da administração pública e o resto da economia”, disse Pedro Passos Coelho.

Mas mesmo dentro da Função Pública, a redução do horário de trabalho não foi para todos ao mesmo tempo, ao contrário do que tinha sido prometido pelo Governo. Para muitos funcionários públicos, ao abrigo de uma norma transitória, a redução foi gradual, o que teve especial incidência na área da saúde.

Empréstimo de manuais escolares oculta cortes na educação

O empréstimo de manuais escolares, anunciado pelo Governo e pelos partidos da maioria de esquerda como gratuidade dos manuais escolares, aos alunos do 1.º ano do 1.º ciclo este ano letivo, que será alargada em Setembro de 2017 até ao 4.º ano, seria uma medida positiva caso não fosse utilizada pelo Governo para ocultar não só o escandaloso desinvestimento público na educação como o agravamento das condições sociais daqueles que mais precisam.

Na sua gestão de navegação à costa, o governo optou pela medida mais popular e eficaz eleitoralmente, mas que está longe de ser a mais justa e equitativa ou sequer sustentável. No sistema e nas condições atuais, em que cerca de 30% dos alunos portugueses precisam de apoio, em que as despesas com manuais escolares disparam a partir do 2.º ciclo e em que de forma espontânea ou semi-organizada já cerca de 40% dos manuais são reutilizados, a opção socialmente mais justa e equitativa seria: reforçar significativamente o sistema de ação social escolar, aumentando os valores nominais dos apoios para manuais e material escolar em todos os anos da escolaridade obrigatório, que este governo optou por congelar em 2016/17; impedir que seja exigido em sala de aula a utilização de uma edição específica do manual; estimular a conceção de cadernos de exercícios de baixo custo; introduzir de forma faseada nas escolas conteúdos em suporte digital, substituindo progressivamente os manuais escolares em suporte de papel; criar um mecanismo facultativo de pagamento faseado dos materiais para as famílias e estimular as parcerias entre escolas e associações de pais para estabelecimento de mecanismos de compras agregadas.

Na verdade, a medida da gratuidade dos manuais escolares não “termina com as rendas” das editoras, que mantêm o seu mercado garantido, agora pelo Estado; não termina com a possibilidade de serem produzidos novos manuais antes do término da sua vigência. Basta lembrar que a atual equipa quer e está a mudar todos os programas em vigor; mas sobretudo, não contribui para a promoção da justiça e equidade social pois o governo optou por compartilhar a 100% a compra de manuais escolares dos alunos do 1.º ano do 1.º ciclo a quem não precisa, mas congelar as comparticipações e os apoios da Ação Social Escolar nos restantes anos e ciclos para o ano letivo de 2016 para quem deles necessita. Ou seja, as famílias carenciadas não receberam e não vão receber em 2016/17 um cêntimo mais, para manuais e materiais, do que em 2015.

Esta foi uma escolha. Uma escolha socialmente injusta num país de recursos públicos escassos, em que as escolas se debatem com dificuldades em pagar as contas da eletricidade, que viram agravada falta de assistentes operacionais, em que as unidades de multifuncionária não receberam as verbas destinadas para materiais, em que foram suspensas as obras de manutenção e o investimento público atinge mínimos históricos.



TSU

PSD rejeita a substância da medida

O vice-presidente da bancada social-democrata Hugo Soares reiterou hoje, no final da conferência de líderes no Parlamento, que o Governo não pode esperar que o PSD seja uma “espécie de mula de governação” em matérias essenciais, como a descida da TSU.

“A posição do PSD é muito clara: nós não concordamos com a medida na substância, já explicamos porquê. E do ponto de vista político, também é muito claro: quem jurou ao país que tinha uma maioria parlamentar que lhe permitia governar, derrubando o governo que saiu das eleições, não pode agora, naquilo que é essencial, querer que PSD seja uma espécie de mula de governação”, reafirmou o deputado Hugo Soares.

Nesse sentido, garantiu, o PSD votará “pela cessação da vigência daquele documento”.

Hugo Soares acrescentou que as “apreciações parlamentares estão apresentadas e foram anunciadas as propostas de cessação de vigência [pelo PCP e Bloco de Esquerda]. É o suficiente que o diploma caia também com o nosso voto”, concluiu.



TSU

Iniciativa do PSD promove a dignificação do parlamento

O Tribunal da Relação decidiu esta quarta-feira dispensar o dever de sigilo bancário da CGD, Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), determinando que disponibilizem a informação pedida pelos deputados no âmbito do processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos. A iniciativa havia sido lançada pelo grupo parlamentar do PSD.

A decisão consagra “os direitos dos deputados e das comissões parlamentares de inquérito”, apontou o social-democrata Hugo Soares.

Segundo o Tribunal da Relação: “A relevância das informações/ documentos requisitados pela Comissão Parlamentar de Inquérito à CGD, ao Banco de Portugal e à CMVM para a prossecução dos objetivos que lhe foram cometidos pela Assembleia da República impõe a prevalência do dever de cooperação destas entidades em detrimento do dever de sigilo a que se acham adstritas, ocorrendo fundamento para que se determine o levantamento do segredo invocado cujo âmbito se confina à documentação/informação estritamente necessária à averiguação em causa”.

São exceção desta decisão do tribunal os documentos de correspondência trocada com BdP, CMVM, Governo e Direção Geral da Concorrência (DG-Comp) e outras instituições europeias sobre recapitalização efetuada em 2012, assim como a correspondência trocada entre os vários intervenientes no processo, inclusivamente e-mails e ofícios, desde o ano de 2012 e sobre o processo de capitalização e exercícios transversais.



Sem plano B, Governo teria déficit acima de 3% do PIB

Um ano de perguntas sem respostas, de explicações que não são dadas. Um ano de contradições dentro do próprio Governo. Um ano de alertas ignorados. Portugal cumprirá a meta do déficit? O primeiro-ministro promete que sim. Mas qual o custo?

Começamos esta história a recordar o que se dizia sobre a estratégia orçamental para 2016, que o Governo de António Costa preparava. Um exercício irrealista e imprudente, avisou desde logo o PSD. Como devolver tudo a todos, num curto espaço de tempo, com uma economia a crescer menos que no passado? E como conciliar esse caminho com os compromissos internacionais a que Portugal, há muito, se vinculou?

Em janeiro de 2016, soaram os alarmes. De Bruxelas chegaram as primeiras dúvidas, em palavras dos comissários Valdis Dombrovskis e Pierre Moscovici. O ministro das Finanças respondeu, acrescentando ao “esboço” do OE 2016 um conjunto de medidas para garantir o ajustamento estrutural.

Aumento do imposto sobre o tabaco. Mais 3% resultaria em 100 milhões de euros adicionais cobrados aos contribuintes. Foi um dos primeiros impostos indiretos em que o Executivo carregou. Mário Centeno prometia ainda uma “cobrança adicional” de mais 120 milhões de euros em impostos sobre combustíveis.

É então que Bruxelas formaliza as suas preocupações: “A Comissão convida as autoridades a adotar as medidas orçamentais necessárias”, lia-se no comunicado emitido a 5 de fevereiro.

O comissário Dombrovskis explicava, sem rodeios: “Os planos do Governo estão em risco de não cumprirem as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento. O Governo português é assim convidado a tomar as medidas necessárias para assegurar a conformidade do orçamento para 2016.”

A Comissão aplaudia as propostas de Mário Centeno. Propostas que o comissário Moscovici descreveu como “medidas adicionais no valor de 845 milhões de euros, o que contribuirá para garantir a solidez das finanças públicas de Portugal”. Mas o alerta continuava iminente: “mantém-se o risco de incumprimento e continuaremos a acompanhar a evolução da situação nos próximos meses, como parte do Procedimento por Déficit Excessivo em curso.”

Quando o ministro das Finanças vai a Bruxelas, a 11 de fevereiro, sai da reunião do Eurogrupo com uma promessa feita. Mário Centeno “compromete-se com ‘plano B’ para eventual derrapagem”, escreve a RTP. Os ministros das Finanças da Zona Euro aplaudem, em comunicado, a decisão de Portugal: “Felicitamos o conjunto de medidas adicionais anunciadas publicamente pelas autoridades portuguesas a 5 de fevereiro”. “O Eurogrupo felicita o compromisso assumido pelas autoridades portuguesas no sentido de preparar medidas adicionais que poderão ser implementadas, caso seja necessário, para assegurar que o Orçamento de 2016 cumprirá o Pacto de Estabilidade e Crescimento.”

Tem início a novela linguística que o Governo alimentou. Foram preparadas medidas adicionais. Medidas a aplicar se necessário. Quando necessário.

O fim da austeridade ou mais austeridade?

O primeiro-ministro começava a ensaiar justificações, dizendo que as medidas prometidas a Bruxelas “não atingirão os rendimentos das famílias seja por via do corte de salários ou penões, seja por aumento de impostos sobre o rendimento”.

“Se forem necessárias, a Assembleia da República terá

conhecimento delas”, dizia António Costa, furtando-se a mais esclarecimentos.

No encerramento do debate, o líder da oposição explicou o que estava à vista de todos: “Depois do aviso sério da Comissão Europeia, o governo entendeu, então, responder com um choque de expectativas. E depois de várias tentativas e sucessivas erratas, alterou alguns pressupostos e algumas metas, ao mesmo tempo que introduziu um conjunto alargado de novas medidas, mormente do lado dos impostos, que deram ao orçamento uma marca mais restritiva, mantendo riscos elevados de incumprimento”. Pedro Passos Coelho continuou a recordar o vínculo do Governo: “Esses riscos obrigaram o Ministro das Finanças a comprometer-se, junto dos nossos parceiros europeus, a apresentar um plano B com mais medidas restritivas, que confirmam mais realismo às previsões do governo e menores riscos de incumprimento para Portugal.”

Um plano B, inteiramente rejeitado pelo chefe do Governo e ideia que não casava com o fim da austeridade prometido por socialistas e apoiado por bloquistas e comunistas.

O primeiro-ministro insistia: “não temos nada escondido na manga.”

Instituições independentes alertam para riscos

A mesma resposta foi sendo repetida de várias formas pelo primeiro-ministro, nas semanas seguintes. Até mesmo em contradição com o que o ministro das Finanças dizia lá fora, prometendo às autoridades europeias esforços adicionais, o que o primeiro-ministro não assumia perante os portugueses. “Nós estamos a executar com rigor, tranquilidade, o orçamento e nada na execução orçamental



nos convida a qualquer plano B, C, D ou E.” Estas foram as palavras de António Costa, a 28 de abril de 2016, na Assembleia da República.

No ano passado, as contradições eram muitas, os avisos chegaram de várias frentes, e as contas não batiam certo. Em setembro, o Conselho de Finanças Públicas estimava que o défice orçamental se situasse em 2,6% do PIB em 2016, caso o Governo não introduzisse novas medidas. A mesma incerteza viria a verificar-se em outubro, quando Teodora Cardoso anunciou que o Governo deveria acabar com um défice ligeiramente acima da meta acordada com Bruxelas para 2016.

Mas não era apenas o Conselho de Finanças Públicas a expressar preocupação. Também a UTAO o fazia. Em dezembro, com os números de setembro fechados, a unidade técnica de apoio ao Parlamento estimou que o défice se situaria nos 2,8% nos primeiros nove meses e apontava dificuldades para atingir meta no final do ano.

Défice à custa de cortes cegos na despesa no investimento

Perto do Verão, começou a desvendar-se o plano do Executivo: transformar as cativações dos diferentes ministérios em cortes de despesa permanentes.

Em agosto, o Presidente da República alertou para a opção do Governo: “Eu acho que essa cativação vai ser convertida em definitiva, vai haver um corte definitivo. Portanto, quando a oposição diz que provavelmente a cativação é uma

dissimulação, eu percebo o ponto de vista, porque acha que o Governo ainda vai gastar.”

No final do ano, um total de cerca de 430 milhões de euros ficaram congelados. Saúde, educação e transportes públicos foram apenas algumas das áreas onde os cortes cegos das cativações mais se sentiram. “Há uma ordem: não gastar custe o que custar e aguentar, aguentar até ao final do ano”, explicou Pedro Passos Coelho.

A UTAO confirmava a estratégia de António Costa e Mário Centeno. A meta é possível, mas porque o Governo travou o investimento público: caiu 21,8% nos primeiros nove meses de 2016 e, no final do ano, a queda terá mais pronunciada. O Conselho de Finanças Públicas afirmou que era o grau de execução “mais baixo” desde 1995.

A porta de emergência: PERES e CGD

E porque as receitas extraordinárias foram fonte privilegia pelo atual governo, também o perdão fiscal (PERES – Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado), instituído em outubro, ajudou ao cumprimento do défice de 2016. “O PERES terá contribuído com pelo menos 551 milhões de euros para a redução do défice orçamental no ano passado”, explica o Observador. Já o programa excecional de reavaliação de ativos das empresas rendeu 125 milhões de euros. “Sem estas duas medidas extraordinárias, o défice não se reduziria. São um plano B e um plano C”, alertou Maria Luís Albuquerque, em dezembro.

Falando de extraordinário, deparemo-nos na Caixa Geral de Depósitos. Para além de o banco público ter tido uma administração turbulenta em 2016 e de começar 2017 com uma gestão provisória, a CGD viu adiado o processo de recapitalização. Ou seja, Mário Centeno anunciou que a injeção de capital prevista para 2016 só vai ocorrer, ao contrário do esperado, em 2017.

A Grécia, país que António Costa tanto elogia, não contou com a ajuda de Portugal, mais precisamente com 106,9 milhões de euros previstos no Orçamento de Estado para 2016 e que não chegaram ao destino.

António Costa deu a mão sim, à Roménia, com a entrega de seis caças F-16 que permitiram um encaixe direto de 78 milhões de euros num total aproximado de 180 milhões de euros.

O verdadeiro plano B – as medidas adicionais

Durante o último ano, os social-democratas alertaram repetidamente para a estratégia do Governo. Agora que o défice orçamental poderá ser de 2,3%, em 2016, o PSD destaca a importância deste sucesso para a credibilidade de Portugal. Mas não deixa de apontar a realidade: cortar para cumprir não é sustentável nem serve os interesses dos portugueses. Não foi sequer o caminho seguido nos últimos anos, em que o governo liderado pelo PSD conseguiu reduzir um défice herdado dos socialistas, que ultrapassava os 11%, em 2010, e entregá-lo em 2,98% do PIB (sem Banif), em 2015.

“O governo aplicou mesmo um programa B – o maior corte de investimento público de que há memória em Portugal em dezenas de anos, cortes cegos nas despesas do Estado, superiores a 400 milhões de euros, e conseguiu aumentar significativamente impostos, tirando de uns e colocando noutros”, rematou Pedro Passos Coelho, no último debate quinzenal.

António Costa não fez um milagre mas um malabarismo, comprimindo a despesa do Estado e tirando da cartola medidas excecionais. Executou um plano B, que sempre negou, mas que os portugueses reconhecem no seu dia-a-dia, porque enfrentam agora o marasmo de um país onde o investimento foi adiado e onde os serviços públicos estão a falhar gravemente.

Na verdade, bastava que algumas destas medidas (ver quadro abaixo) não fossem implementadas para que as contas de António Costa e Mário Centeno ultrapassassem a meta do défice, que, no limite, poderia chegar aos 3,5% do PIB.

O PLANO B DO GOVERNO PARA 2016

	Montante	Em % PIB
Cativações	410	0,2
Invest. Público	1000	0,6
Reav. Activos	125	0,1
PERES	511	0,3
TOTAL	2046	1,2

OBS. Montante em ME.

“Dar continuidade ao maior impulso descentralizador dos últimos tempos”



Por ocasião do Orçamento do Estado para 2017, foi o PSD que reintroduziu a descentralização na agenda política. Volta agora a marcar a sua posição com a apresentação, amanhã, de um projeto de lei e de três projetos de resolução, que visam aumentar as competências das autarquias, e que derivam das propostas então apresentadas.

O projeto de lei visa dar continuidade ao maior impulso descentralizador dos últimos tempos, implementado pelo Governo PSD-CDS/PP, e, aproximando os serviços das populações, proceder à descentralização universal de competências para as câmaras e entidades intermunicipais nas áreas da educação, saúde, ação social, gestão florestal, gestão da orla costeira, medicina veterinária, saúde animal e segurança alimentar; e, bem assim, a atribuição de novas competências às freguesias ao nível da gestão territorial.

Um dos projetos de resolução que o Grupo Parlamentar do PSD apresentará amanhã visa recomendar ao Governo que dê continuidade ao trabalho iniciado

pelo XIX Governo Constitucional para ter efeitos já no próximo mandato autárquico e que, através da celebração de contratos interadministrativos com os municípios e entidades intermunicipais, delegue competências nos domínios da saúde, da educação e da cultura.

Outro projeto de resolução visa recomendar ao Governo que, no respeito da autonomia local, proceda à criação de Centros de Serviços Partilhados e Valor Acrescentado ao nível das entidades intermunicipais. Assim, em 2017 deverá lançar um programa de estímulo à integração e partilha de serviços entre municípios, com vista à criação dos referidos centros ao nível das entidades intermunicipais; comprovada que está já a nível nacional, segundo um princípio de subsidiariedade, a existência de ganhos de eficiência que permitem a libertação financeira e de meios e potenciam maior aptidão das entidades envolvidas para atingir os objetivos de proximidade que subjazem ao poder autárquico.

Por fim, uma terceira iniciativa recomenda ao Governo que proceda à reorganização e Prestação de Serviços de Atendimento da Administração Pública, na sequência da Estratégia para a Reorganização dos Serviços da Atendimento na Administração Pública - Programa Aproximar. Para tal, recomenda-se ao Governo que, no primeiro semestre de 2017 proceda à celebração e implementação dos contratos com os municípios das Comunidades Intermunicipais que foram definidas como piloto, e que alargue gradualmente a estratégia a todo o território.

Recorde-se que, no debate quinzenal de 7 de dezembro, o primeiro-ministro elogiou as propostas da bancada social-democrata e desafiou para um consenso alargado. “Esta reforma requer a participação ativa dos autarcas e exige o mais amplo consenso nesta Assembleia da República. Registo com agrado as propostas recentemente apresentadas pela oposição, designadamente pelo PSD”, afirmou António Costa.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1051 • 10 JANEIRO 1996 • PREÇO 100\$00

Marques Mendes acusa na AR

Guterres faz somente simulacro de governação

«Sem apresentar o Orçamento de Estado, o Governo minoritário do PS já anunciou decisões que oneram o erário público em cerca de 100 milhões de contos».

«Esta situação é um verdadeiro escândalo. É um escândalo porque é muito elevado o preço que os Portugueses vão ter de pagar pelo patrocínio à candidatura presidencial do Dr. Jorge Sampaio».

Comissão Política Permanente do PSD
Eleição de Cavaco Silva
é absolutamente necessária

Marcelo Rebelo de Sousa comenta
Presidente de área política diferente
evita clientelismo e refreia excessos

Jerónimo de Sousa desiste
Cavaco Silva lamenta falta
de respeito pelos Portugueses

Função Pública:

TSD desmentem Jorge Coelho

Os TSD, a tendência sindical social-democrata, desmentiram a afirmação do ministro Jorge Coelho de que a Função Pública vai ter, pela primeira vez desde 1991, ganhos reais nos salários.

O Ministro Adjunto, que propôs aos sindicatos da Função Pública aumentos salariais de quatro por cento, disse que os trabalhadores teriam uma reposição do poder de compra (uma vez que a inflação se situa nos 3,5 por cento), "o que não acontecia há mais de três anos".

Em comunicado emitido, os TSD recordam que os sindicatos da UGT e independentes tinham já, em 1995, negociado com o Governo de então um aumento de cinco por cento, num ano em que a inflação foi de 4,2 por cento.

Os Trabalhadores Sociais Democratas consideram ainda que esta declaração de Jorge Coelho demonstra que o Governo pretende "manipular a realidade" para "transformar em bom o que é insuficiente".

Finalmente, os TSD solidarizam-se com os sindicatos da Função Pública "na defesa de uma tabela salarial digna" e reclamam do Governo o prosseguimento das negociações até à satisfação das reivindicações justas dos trabalhadores.

Mais noticiário na página 4



O governo que não quer saber e tem raiva de quem sabe

Marco António Costa (*)

Começa a ser (mais) um preocupante traço de carácter do atual governo: sempre que vem a público algum estudo feito por uma entidade idónea e independente sobre o mérito, a justeza ou os resultados positivos de políticas levadas a cabo pelo anterior governo PSD/CDS, a reação é invariável: não viram, não leram, não conhecem, não interessa. Mas discordam. O mais recente caso tem a ver com o relatório da OCDE sobre as reformas no mercado laboral em Portugal entre 2011 e 2015, cuja versão preliminar veio a público na penúltima semana do ano passado, mas que já estaria na posse do governo há cerca de meio ano. No último debate quinzenal, o Primeiro-ministro disse com todas as letras que “desconhecia em absoluto” tal relatório. E o ministro Vieira da Silva, responsável pela pasta do Trabalho, também disse que ainda não o leu. Menos descaramento e transparência era impossível.

Mas afinal, o que diz a OCDE que incomoda tanto o governo ao ponto deste tentar esconder ou, pelo menos, protelar a divulgação pública do referido relatório? Simples: a OCDE confirma que as reformas laborais implementadas pelo governo PSD/CDS “foram um movimento na direção certa” e que é preciso continuar no mesmo sentido reformista. A organização analisou as reformas feitas ao nível da legislação de proteção laboral, da proteção ao desemprego, da ativação, da contratação coletiva, da moderação salarial e do horário de trabalho. E em face dessas medidas, reconhece que desde “que o crescimento foi retomado a partir de 2013, Portugal registou progressos significativos quer na taxa de emprego quer na taxa de desemprego – maiores até do que se esperava tendo em conta o ritmo de recuperação.”

São estes elogios e esta avaliação francamente positiva que incomodam António Costa e Vieira da Silva. Mas não é só. É que a OCDE diz que há desafios que persistem (como o desemprego jovem e de longa duração) e por isso é preciso ir mais longe nas reformas. Para tal, deixa várias recomendações que exigem coragem e determinação para pôr em prática. Ora, é notório que António Costa não só não tem coragem e determinação para seguir em frente nas reformas como o que fez até agora foi andar para trás. Subjugado à agenda laboral do PCP e do BE, resta-nos saber quanto mais para trás vai andar.

Por isso, este relatório da OCDE é tão mal-amado pela esquerda que nos governa. Porque diz que nós fizemos bem e que eles desfizeram mal.

(*) Vice-presidente do PSD



A normalização da anormalidade

Carlos Carreiras (*)

“Francisco Sá Carneiro sonhava com um país normal.” A frase, dita por António Pinto Leite por altura da evocação dos 30 anos sobre a morte do fundador do PPD/PSD, martela-me o raciocínio com insistência. É que 42 anos depois de Abril, temos a democracia, temos a Europa mas Portugal continua longe desse desígnio da normalidade. Especialmente no domínio do processo político-partidário.

Confesso que já não sei se o problema é meu ou dos outros. Mas, que raio, como é que uma parte do país está mais preocupada com o estilo de oposição do PSD do que com a desgoverno do PS e dos seus companheiros de viagem?

Há talvez duas explicações para isso.

A primeira explicação é que temos um governo que se define por oposição à oposição. A frente de esquerda existe mais por oposição a Pedro Passos Coelho e ao PSD do que por uma agenda própria. Repare-se que o próprio documento facilitador da união das esquerdas é um menu de reversões e revogações das medidas do anterior governo, acompanhadas pela reposição do estado de coisas pré-crise. A maioria negativa que se formou em 2015 só podia mesmo dar origem a um governo negativo.

A segunda explicação tem que ver com a liderança do PSD. Pedro Passos Coelho é o maior adversário ideológico de todos os que se colocam além do centro-esquerda moderado. Como líder do único partido social democrata no país, Pedro Passos Coelho representa ainda muitas das virtudes que os portugueses valorizam e que as lideranças das esquerdas tentam cultivar mas são incapazes de produzir: sentido de Estado, coragem na ação e resultados.

Mas a frente anti-passista não acaba aqui. Defendendo uma agenda ideológica ou interesses corporativos saudosos da velha ordem, uma parte generosa da opinião publicada e dos políticos comentadores, achando-se intérpretes do espírito da nação, desistiram de esconder a sua parcialidade. Não que o PSD seja imune a críticas – que não é. Mas chegam a ser absurdos os exercícios de contorcionismo para em tudo encontrar razão para criticar o PSD.

Veja-se o caso mais recente da descida da TSU, em que chegámos ao ridículo de atacarem o PSD pela disfuncionalidade do arranjinho das esquerdas. Então António Costa dá baile à Concertação Social e inventa um acordo (uma ‘vaca que voa’ na ‘feira de gado’, para usar a terminologia socialista) que sabe desde a primeira hora que não pode cumprir, e a culpa é do PSD? Então o BE e o PCP querem comer a carne do lombo (fazendo chantagem com o valor do salário mínimo) sem ter de lhe roer os ossos (encontrar formas de financiar a medida), e a culpa é do PSD? Então o Governo que tem, afincada e zelosamente, recusado qualquer tentativa de negociação sobre os assuntos estruturantes do país, tem a lata de dizer que a culpa de não haver acordo é do PSD?

Ou o PS acredita que os portugueses são demasiado tontos para comprar esta sua narrativa ou então o seu cinismo não tem limites.

Se isto é a nova normalidade, então vivemos numa anormalidade permanente.

Triste, embora não surpreendente, é ver que alguns companheiros de partido a deixar-se capturar por este ‘ar do tempo’ em que todos somos convidados a ser felizes sem constrangimentos de qualquer espécie.

Faz-me lembrar uma música do meu tempo, de Bobby McFerrin, familiar a muitos leitores desta newsletter: ‘don’t worry, be happy.’

Com o governo que ia virar a página da austeridade, a economia crescerá menos do que com o anterior governo. Não apenas durante um ano, nem dois, mas sim três anos. O modelo económico socialista falhou estrondosamente, recuamos na prosperidade económica e criaram mais impostos. Mas do governo só ouvimos assobios para o ar: “Don’t worry, be happy”.

Em apenas um ano, os juros da dívida portuguesa aumentaram 50% e chegaram aos 4.2%, colocando enorme pressão sobre as finanças do país e fragilizando os portugueses perante crises potenciais. Eles, os socialistas, encolhem os ombros e sorriem: “Don’t worry, be happy”.

A dívida pública está no alto mais alto de sempre e o investimento cai para o baixo mais baixo de sempre. O Estado Social está a ser desmantelado. Não há dinheiro para operações e tratamentos para milhares de portugueses que dependem do nosso SNS, nem para despesas básicas como aquecimento ou segurança para os alunos das nossas escolas. Os transportes públicos estão uma desgraça. A Caixa Geral de Depósitos é uma trapalhada e o Novo Banco não lhe fica atrás. Mas o governo, incompetente a gerir um só banco público, quer nacionalizar outro. Mas a banda continua: ‘don’t worry, be happy’.

Com um ano de poder, já vimos que com este governo não vamos lá. A palavra dada – de mais progresso económico, de menos impostos, de mais estabilidade e de mais credibilidade – pode ser muita coisa, mas honrada é que não é.

Com pouco mais para destruir, a coligação das esquerdas está esgotada. Sem estratégia, sem chão, as esquerdas trabalham para os votos e distribuem benesses pelos maiores sindicatos de voto do país, criando a ideia de que tudo está bem na nossa “ilha” onde os amanhã cantam.

Lamento informar, mas o PSD não vai em cantigas. Já nos vaticinaram a derrota muitas vezes, em muitos tempos distintos – diziam que não eramos capazes de fechar o ciclo da troika, e fechamos; diziam que não eramos capazes de por a economia a crescer, e, todavia, crescemos; diziam que não eramos capazes de ganhar as legislativas, e contra todas as expectativas ganhámos. Demos sempre a volta por cima.

A realidade e o povo encarregaram-se de nos dar razão. Porque até podemos não ser bons a dar música, mas não há ninguém que defenda Portugal como nós. Um país que sonhamos possa ser normal.

(*) Coordenador Autárquico Nacional do PSD



Quem avisa, amigo é!

José Manuel Fernandes (*)

Pedro Passos Coelho é sinónimo de competência, credibilidade, seriedade, coerência, coragem e resistência. Na sua ação, enquanto Primeiro-ministro ou líder do PSD, prova que, acima de tudo, defende o interesse nacional. Foi em nome de Portugal e em circunstâncias de enorme gravidade que governou sem nunca atirar a toalha ao chão. Não se limitou, ao contrário do que muitos querem fazer crer, a executar um violento memorando que tinha sido negociado pelos socialistas. Lançou reformas e conquistou a confiança, o respeito e a admiração dos parceiros europeus.

A sua credibilidade permitiu reescalonar a dívida pública e renegociar as taxas de juros. Acresce a excelente negociação nos fundos do Portugal 2020, o que garantiu a Portugal um envelope financeiro de mais de 11 milhões de euros por dia até 2020! Pedro Passos Coelho venceu a emergência financeira e, em simultâneo, pensou e programou o futuro de Portugal. Deixou uma herança que permitiria e exigiria mais crescimento económico, criação de emprego e uma continuação da descida das taxas de juros da dívida pública.

O incrível é que o governo de Costa e das esquerdas radicais - sem restrições e sem Troika - se contenta com um crescimento económico inferior ao do Governo liderado por Pedro Passos Coelho.

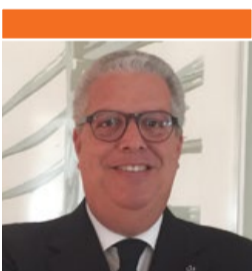
Face aos fundos europeus que Portugal garantiu e à disponibilidade do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, conhecido como Plano Juncker, que já mobilizou mais de 164 mil milhões de euros de investimentos na UE, é inaceitável que não exista investimento público em Portugal.

António Costa só pensa na sua sobrevivência política. Quando perdeu as eleições aliou-se aos radicais e populistas de esquerda, mesmo sabendo que tal constituía um risco para Portugal. Ninguém confia no governo. Não admira que as taxas de juro da dívida pública subam em Portugal, ultrapassando os 4.0% a 10 anos, enquanto descem na Espanha e na Irlanda, tendo esta última taxas inferiores a 1%!

Assistimos ainda à degradação do Estado social, nomeadamente nas áreas da saúde, educação e na redução do apoio às IPSS. Os pobres são, obviamente, os mais prejudicados.

O Governo de Costa tinha todas as condições para fazer mais e melhor e não havia necessidade de colocar Portugal em risco. Pedro Passos continua a defender o interesse de Portugal apresentando propostas e avisando. E quem avisa, amigo é!

(*) Eurodeputado do PSD



A coragem de mudar: sem truques, habilidades, recuos e malabarismos

Pedro Reis (*)

A economia portuguesa encontra-se perante uma encruzilhada: ou bem que dá um salto de competitividade baseado no estímulo sério ao investimento externo, ao reforço das exportações e da internacionalização, ao empreendedorismo inovador, à capitalização e ao ganho de escala das suas empresas ou bem que vai lentamente definindo, arrastada por um modelo que teima em gerar crescimentos anémicos porque lhe falta a confiança necessária para criar emprego e a dinâmica saudável que só nasce da aposta determinada nas reformas necessárias.

Se quisermos voltar a ter, e a gerar, confiança na nossa economia temos que saber criar um ambiente favorável ao investimento privado. Sem truques, sem habilidades, sem recuos e sem malabarismos.

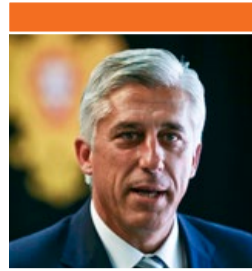
Tal passa necessariamente por uma mensagem política consistente, e uma prática real consequente, de apoio às empresas sem condicionalismos ou anacronismos ideológicos anti-economia de mercado e anti setor privado, e através de um combate eficaz ao excesso de burocracia, de uma aposta consistente numa justiça célere, da reconquista da competitividade e da estabilidade fiscal, da retoma das reformas estruturais que assegurem a sustentabilidade da Segurança Social e a eficácia e agilidade de um Estado que se quer forte, transparente, ágil e amigo do investidor.

Como País, e como economia, temos de eliminar de vez a instabilidade das políticas, temos de esvaziar definitivamente a imagem negativa da política meramente instrumental e temos de saber responder à indiferença e de vencer os vários populismos (entre os quais se contam o populismo meramente tático e o populismo demagógico) para ir de novo ao encontro dos portugueses.

O PSD encarna em Portugal a coragem de não desistir, a coragem de reformar, a coragem de apontar o caminho certo por mais difícil que este seja, a coragem de lutar, a coragem de mudar, a coragem de rasgar horizontes e a coragem de cortar com consensos estereis, no fundo e no fim, a coragem de mudar. E, logo, a coragem de sonhar com um País verdadeiramente melhor.

Portugal não está condenado a um grande sono em que julgamos que ganhamos tempo sem nos apercebermos que, de facto, estamos a perder o futuro. Há um caminho para voltar a crescer. E para voltar a acreditar. Esse caminho é o caminho da modernidade, da força genuína das políticas sociais sustentáveis, da reforma equilibrada mas ambiciosa do Estado, e da energia de uma economia assente no vigor do investimento privado. Esse é o caminho pelo qual vale a pena lutar.

(*) Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro



Servir os Açorianos

Duarte Freitas (*)

O PSD/Açores continua a merecer a confiança de parte significativa do eleitorado, mesmo estando na oposição.

Esta é base da nossa força e o reconhecimento da correção de caminho que temos de fazer para poder servir os Açorianos no governo. Estou convicto que o PSD/Açores é o partido que melhor interpreta a idiossincrasia, a solidariedade e o espírito de iniciativa demonstrado pelos açorianos nas cinco partidas do mundo.

“Servir os Açorianos”: este é o primeiro e último objetivo do PSD/Açores. É também sob este lema que vamos realizar o nosso XXII Congresso Regional.

Para que o PSD/Açores continue a estar sempre ao serviço dos Açorianos é necessário agregar o melhor de cada um dos militantes. A paixão pela nossa terra e o respeito pelo nosso partido têm de suplantar as diferenças de opinião em função de um bem maior: servir os Açorianos.

Como partido de alternativa e de poder, o PSD/Açores tem de refletir sobre o que se pode fazer de mais, melhor e diferente para ajudar os Açorianos, com o projeto social-democrata que defendemos. Só assim pode fortalecer a sua credibilidade perante a sociedade açoriana.

O fortalecimento da credibilidade do partido passa também pelo reforço da sua ação política, a bem dos Açorianos.

Numa Região em que o governo se comporta como se fosse dono dos Açores, cabe ao maior partido da Oposição e partido de alternativa de poder, assumir a sua responsabilidade como força de fiscalização e escrutínio político, bem como de oposição proponente.

Este reforço da ação política passa pela Comissão Política Regional, em que terá também assento um grupo de porta-vozes que será criado para o combate político diário.

O nosso grupo parlamentar, as comissões políticas de ilha, as comissões políticas concelhias e as estruturas autónomas serão igualmente chamadas para esta tarefa de escrutínio, fiscalização, combate e propositura.

Quero agregar e unir o partido. Só assim poderemos melhor servir os Açorianos.

(*) Presidente do PSD/Açores



Contra smn.tsu@prec.pt

Jorge Braga de Macedo (*)

Vivemos há um ano e tal no que se pode chamar “Processo Reversionário em Curso”. Ressalvado o adjectivo abrandado, reprimino uma sigla que julgo ter origem na coluna “Gente” do Expresso (lembrança de Luanda - onde estava colocado). Mais de quatro décadas volvidas, substituiu-se a Revolução pela Reversão enquanto modo de governar. A sigla descreve agora o modo sistemático como as reformas estruturais iniciadas durante o período de ajustamento estão a ser invertidas nos mais variados domínios, da banca aos transportes, passando pela educação, consoante bases sindicais de apoio que barram as políticas do lado da oferta: cgd@prec.pt, nb@prec.pt, metro@prec.pt, tap@prec.pt, etc@prec.pt...

O decreto-lei n.º 11-A/2017, aprovado no Conselho de Ministros “eletrónico” de 17 de Janeiro, contém a “medida excepcional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora” de 23% para 21,75% como contrapartida do aumento do Salário Mínimo Nacional de €530 para €557. Este montante foi aceite pela UGT, as quatro confederações patronais exigiam condições adicionais se o montante excedesse €540 e a CGTP não assinou. Como a descida da Taxa Social Única foi a única cedência do Governo, BE e PCP pediram apreciação parlamentar do decreto-lei, a qual foi agendada para 25 de Janeiro, e o patronato anuiu. Porém, ao anunciar que iria votar contra, o PSD vai obrigar o Governo a reverter a reversão.

Já argumentei que “politizar o aumento do salário mínimo é ineficiente e injusto” mas desta feita acresce que também se politizou a descida da TSU para compensar os efeitos do aumento do SMN muito superior ao ditado pelos critérios de produtividade e inflação aceites pelos parceiros sociais no acordo de 2014. Ainda assim, o relatório da OCDE sobre emprego lançado em 19 de Janeiro deduz que o planeado aumento do SMN para €600 dará mais relevância a descidas da TSU (p. 117), calando as suas implicações negativas na sustentabilidade da segurança social...

Ao solicitar a apreciação parlamentar de uma medida que a CGTP não assinou, PCP e BE poderão estar alinhados contra a concertação social, mas votar contra um decreto que ignora o acordo anterior, as condições apresentadas pelo patronato em Dezembro de 2016 e a ameaça à equidade intergeracional faz todo o sentido para o PSD, mesmo que em má companhia.

(*) **Presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD**

Nota: o autor escreve de acordo com o antigo acordo ortográfico.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



ALANDROAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Alandroal, para reunir, no próximo dia 24 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira), pelas 17h00, na Casa do Povo de Terena, sita na Rua Direita, nº 24 - Terena, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleições dos órgãos da Secção Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede distrital, (R. Cândido dos Reis, 48 – Évora) ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00

ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcobaca, para reunir no próximo dia 02 de Fevereiro de 2017, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. Prof. Eng. Joaquim Vieira Natividade, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Análise da situação política
2. Emissão de parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais
3. Outros assuntos

ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se

a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 08 de Fevereiro de 2017, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na rua do Paço nº 8, - Alcochete, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1. Tomada de posse da CPS
2. Apresentação e aprovação das contas da Secção referentes ao ano de 2016
3. Ratificação do Acordo Autárquico
4. Outros assuntos de interesse para a Secção

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2017, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua de Trás-os-Montes, n.º 4B, freguesia de Santo António da Charneca, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Informações
2. Apresentação e aprovação das Contas Anuais do exercício de 2016
3. Apresentação e aprovação do Orçamento para o ano de 2017
4. Análise da situação político-partidária
5. Eleições Autárquicas 2017.

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Coimbra, para reunir no próximo dia 03 de Fevereiro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h15, na sede, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº 16, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Análise da situação política
2. Eleições Autárquicas 2017

CONDEIXA – A - NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Condeixa-a-Nova, para reunir no próximo dia 10 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Urbanização Nova Conímbriga I, Lote B19, R/c, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação e deliberação sobre as contas da secção do ano de 2016;
3. Apreciação e deliberação sobre o plano de actividades e orçamento para o ano de 2017;
4. Eleição de substituto de titular da comissão política por vacatura do cargo;

5. Autárquicas 2017

- 5.1. Parecer sobre proposta da comissão política (Cabeça de lista à Câmara Municipal);
- 5.2. Parecer sobre coligações no processo eleitoral autárquico de 2017.

GUARDA ALTERAÇÃO DE DATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Guarda, para reunir no próximo dia 15 de Fevereiro de 2017 (quarta - feira), pelas 21h30, no Auditório Centro Social e Cultural de São Miguel, sito na Av. da Igreja – Guarda-Gare, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1. Análise e discussão da situação político-partidária local e nacional
2. Outros assuntos que sejam considerados pertinentes pela Mesa

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loulé para reunir no próximo dia 11 de Fevereiro de 2017 (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1. Dar parecer sobre o candidato à Câmara Municipal de Loulé nas próximas eleições autárquicas, nos termos do artigo 53º, nº 2, alínea f) dos estatutos do PSD.
2. Análise e aprovação das contas do exercício de 2016
3. Outros assuntos

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mira, para reunir no próximo dia 03 de Fevereiro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita nas Galerias de Mira, Av. 25 de Abril, 1º andar, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Informações
2. Análise da situação política – Autárquicas 2017
3. Outros assuntos

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de São João da Pesqueira, para reunir no próximo dia 01 de Fevereiro de 2017, (quarta-feira) pelas 18h30, no Auditório da Biblioteca Municipal

de São João da Pesqueira, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Informações
2. Apresentação e aprovação das contas relativas a 2016
3. Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º dos Estatutos
4. Outros assuntos

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Sobral de Monte Agraço para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2017 (segunda-feira) pelas 21h30 com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Autárquicas 2017
2. Outros assuntos de interesse local e nacional

VOUZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vouzela, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 03 de Fevereiro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, no Auditório Municipal 25 de Abril, sito na Alameda D. Duarte de Almeida, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Apresentação e aprovação das contas relativas ao ano de 2016;
3. Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º dos Estatutos;
4. Outros assuntos.



CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Santarém, para o dia 04 de fevereiro de 2017, pelas 15h, no auditório da sede da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, sito na Rua Dr. Francisco Mendes de Brito nº3 A, 2330-223 Entroncamento, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações e análise da situação política;
2. Balanço da atividade de 2016;
3. Apresentação e votação do plano de ação para 2017;
4. Apresentação e votação do orçamento para 2017.

CONSELHO DISTRITAL DA JSD DE ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o I Conselho Distrital da JSD Évora, para reunir no dia 24 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h30, na Sede do PSD Distrital de Évora, sito na Rua Cândido dos Reis, nº 48, em Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Eleição dos Delegados da JSD à Assembleia Distrital do PSD Évora;

3. Análise da situação política;
4. Outros assuntos.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas ocorrerá na Sede do PSD Distrital de Évora.

As urnas estarão abertas durante a realização do Conselho Distrital.

CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA A.O.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoco o IV Conselho Distrital Ordinário do mandato 2016-2018 para reunir no próximo dia 25 de Fevereiro de 2017 (sábado), pelas 15 horas, na sede concelhia da JSD de Torres Vedras, sita rua 9 de Abril, nº1, 3º direito, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura, discussão e votação da ata do III Conselho Distrital Ordinário;
2. Apresentação do programa do Diretor do Gabinete de Estudos Distrital;
3. Apresentação do programa do Coordenador Distrital para a Formação;
4. Apresentação do programa do Diretor de Informação Distrital;
5. Apresentação do programa do Coordenador Distrital para o Ensino Superior;
6. IV Painel Temático: A Saúde no Oeste.

CASTELO DE VIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Castelo de Vide, para reunir em sessão extraordinária no próximo dia 11 de Março de 2017, na Sede Concelhia da JSD Rua de Olivença, 13 - 1º esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o substitua até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede do PSD, sita na Rua de Olivença, 13 - 1º esq. As urnas estarão abertas entre as 16h e as 19h.

CARRAZEDA DE ANSIÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se o Plenário Concelhio da JSD de Carrazeda de Ansiães, para reunir no próximo dia 26 de fevereiro (domingo), entre as 18 horas e as 20 horas, na Sede do PSD de Carrazeda de Ansiães, sita na Rua Luís de Camões, 823, 2.º frente, 5140-077, Carrazeda de Ansiães, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhios da JSD de Carrazeda de Ansiães.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da JSD Distrital de Bragança ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.



Acompanhe-nos no dia-a-dia...



Conferências de Imprensa, Transmissões em direto, Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História, Iniciativas



O dia-a-dia da atividade do PSD



Noticiário semanal todas as sextas-feiras